

Margarida Calafate Ribeiro
Maria Paula Mēneses
[Orgs.]

Moçambique: das palavras escritas

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR Portugal

IC INSTITUTO
CAMÕES
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Título: Moçambique: das palavras escritas

Organização: Margarida Calafate Ribeiro e Maria Paula Mēneses

© 2008, Margarida Calafate Ribeiro, Maria Paula Mēneses e Edições Afrontamento

Imagem da capa: Roberto Chichorro, *O Menino Peão*. Coleção particular de Maria Paula Mēneses

Edição: Edições Afrontamento / Rua Costa Cabral, 859 / 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt | geral@edicoesafrontamento.pt

Colecção: Textos/63

N.º de edição: 1164

ISBN: 978-972-36-0970-7

Depósito legal: 278836/08

Impressão e acabamento: Rainho & Neves Lda. / Santa Maria da Feira
Julho de 2008

Cartografias Literárias Incertas

Pensar Moçambique é pensar um território pleno de antiquíssimas diversidades reflectidas num conjunto de tensões identitárias cuja cartografia está longe de ser linear ou sequer previsível, dada a sua dinâmica e plasticidade. As terras de Moçambique, que o poeta Eduardo White apresenta como uma janela para o Oriente, foram, e continuam sendo, espaços de encontro entre pessoas e culturas. Estes encontros, rematando rotas marítimas e continentais milenares, e unindo povos, línguas, religiões e saberes, são o fermento do tecido social do Moçambique que este livro procura ajudar a captar e compreender.

A «invenção» do Moçambique actual em finais do século XIX representa uma ruptura significativa com um conjunto de representações e percepções identitárias anteriores. A partir de então a (re)construção desta região produz-se em função da imaginação colonial portuguesa, processo paralelo ao da (re)organização do mundo pela Europa¹. Esta criação de Moçambique como projecto político colonial e, consequentemente, como espaço geopolítico concreto ligado a uma identidade territorial cartografável é alheia às complexidades do local e da história local. Que silêncios e omissões estão contidos na transformação de um lugar – ilha-capital de uma colónia – em fantasia de um território que Portugal obtém, pela força das armas e da cartografia moderna, aquando da partilha de África, na conferência de Berlim (1884-85)? À força da espada e da bala seguiu-se a da lei, da educação formal em português, resumindo, do poder colonial instituído. Como nos recorda Chitlango (1990), a força das armas ocultou frequentemente a eficiência da escola na imposição do poder colonial, mas ela foi fundamental para que as outras línguas em

(1) Veja-se, por exemplo, Santos e Meneses, 2006; Matusse, 1998; Noa, 2002.

uso na região – com as suas imagens, símbolos, cosmogonias, sons – se fossem esvanecendo e modificando e, com elas, outras imagens sobre o mundo, sobre os sentidos de pertença, sobre os sentidos da vida e da morte foram-se também modificando.

Consequentemente a transformação da língua portuguesa em veículo de expressão literária produziu uma profunda mudança, distorcendo o campo literário, gerando omissões, esquecimentos, ausências, fabricações e estereótipos, que ainda hoje impossibilitam uma leitura mais complexa do sentido de ser e de se exprimir em Moçambique. A literatura oral, ou a oratura para ser mais preciso, nas línguas nacionais permanece ainda hoje um espaço obscuro do campo literário; quanto à literatura escrita em outras línguas², pouco ou nada se fala. Porém, os olhares exógenos sobre a costa oriental de África antecederam em muito a chegada de europeus a estas paragens, e as outras formas de olhar o mundo vão povoar a imaginação sobre estes lugares por longo tempo³. Será então esta literatura de viagem, não escrita nas línguas herdadas do processo colonial, nem circunscrita à geopolítica contemporânea, parte do cânone literário moçambicano? A verdade é que o mito da literatura moçambicana como literatura em língua portuguesa nos obriga, frequentemente, a espertilhar a diversidade que convive connosco no quotidiano. O que torna peculiar a proposta contida neste livro, *Moçambique: das palavras escritas*, é o facto de os autores que nele participam não se sentirem obrigados a permanecer enquadrados dentro de narrativas familiares previamente traçadas, nem circunscritos ao olhar dominante, tornando assim visíveis nas suas abordagens uma multiplicidade de entradas no tema e uma série de detalhes que poderiam passar imperceptíveis. E é também este facto que nos alerta para a urgência desta publicação, porque nos recorda que a literatura, e as leituras que ela suscita, são janelas para a liberdade do espírito e consequentemente para a leitura das diversidades que nos compõem. É este aspecto particular da literatura, e de outras linguagens ficcionais, que torna impossível separar os elementos imaginários ou ficcionais dos elementos reais, separar a história da memória, o romance da história. A literatura de viagem é disto exemplo, sempre tecida entre o espaço narrado no imaginário e os relatos factuais do terreno, o que, e para voltar à literatura moçambicana, recoloca a questão sobre o que é esta literatura no contexto dos (des)encontros coloniais⁴. Nas palavras de Amitav Ghosh, que tanto tem escrito sobre os circuitos do Índico, os espaços geográficos que atra-

(2) O árabe, ki-swahili, etc., contribuem para desafiar o mito do continente africano como um continente «sem escrita».

(3) Veja-se, por exemplo, Ahmad (1971).

(4) Veja-se, por exemplo, Lobo (1999).

vessamos estão sempre povoados de pessoas cujas vidas e histórias são sempre mais densas e complexas do que qualquer um de nós poderia imaginar.

Um dos aspectos da literatura, e da literatura moçambicana em particular, por todos aqui abordado, é a sua relação profunda com a história e o resgate das identidades que esta relação gera, promove e sobrevaloriza (Mendonça, 1988). De facto, as longas durações da história de Moçambique e as complexidades por ela geradas exigem fôlego e grande agilidade analítica e propiciam a ficcionalização. Modernamente falando, a tensão entre o projecto nacional, de base territorial moderna, mapeado, legislado e historicizado pela mão colonial, e as sucessivas (re)construções das várias identidades presentes no território geocultural identificável como o Moçambique actual traduziu-se numa co-habitação que nunca foi pacífica e tão pouco dialogante. Esta realidade manifesta-se nas sucessivas reconfigurações das identidades (ideológicas, étnicas, raciais, religiosas) em tensão, que foram gerando outros pressupostos e outros conceitos definidores de outros lugares geoculturais, senhores de outros arquipos culturais, linguísticos e religiosos, mas também nomeados como Moçambique. Neste sentido, a história, seja qual for a sua faceta ou vertente, tem interferido de forma decisiva na literatura, dando-lhe não só o assunto fundamental, mas também o método fundamental de interrogação sobre os espaços e os seus sucessivos preenchimentos e esvaziamentos, como aliás se torna manifesto nos universos ficcionais apresentados e analisados neste livro. Os três principais momentos que irão interferir de forma decisiva no campo literário recente são: o colonialismo tardio e as lutas nacionalistas; a independência e o ciclo socialista; e a ambiguidade do tempo presente, cuja violência, de forma quase premonitória, Ungulani Ba Ka Khosa designa de «Orgia de Loucos» (1990).

Em tempos modernos a expressão mais visível das narrativas opostas à oferecida pelos colonizadores foi a grande narrativa gerada pela luta anticolonial, centrada na denúncia do colonialismo e dos seus vícios (discriminação, subalternização, ocultação de saberes, etc.) e na elaboração de um projecto nacional de futuro. E foi a partir desta narrativa, mais promissora de futuro que revisora dos passados, ainda mais eurocêntrica que nacionalista e organicamente local, que surgiu de forma objectiva e directiva a ideia de Moçambique para os moçambicanos e moçambicanas e daquilo que se veio a designar de moçambicanidade. Por sua vez, o apelo à igualdade pós-independência provocou, de forma dramática, o apagamento das diferenças que formavam o tecido social do país, gerando profundas contradições, sinónimo de continuidades com mecanismos imperiais que continuavam a impor a sua acção. Por exemplo, como situar a ideia de nação, veiculada pela luta anticolonial, em relação às outras grandes narrativas, como a etnicidade, a raça, as religiões, o género? Em que lugar é que elas se situam frente à «nova» hegemonia discursiva ligada a um projecto nacio-

nal? Antes da independência, mas sobretudo após a independência, o projecto político de Moçambique e o projecto político da Frelimo⁵ pareciam coincidir e a literatura de combate foi um dos seus braços armados, instigando à luta pela nação a haver a partir da «recuperação» (com laivos de «invenção») de um passado único capaz de fazer emergir os «moçambicanos» unidos, sem fractura e sem diferença, em nome da luta contra um inimigo comum – a colonização. A língua desta representação simbólica da nação cartografada por Samora Machel na marcha «do Rovuma a Maputo», que antecedeu a epopeia da independência, foi o português. Em paralelo, esta decisão garantiu um sentido geopolítico e cultural a Moçambique no contexto da África austral em que se insere, reduzindo a sua multiplicidade linguística em termos de Estado à língua portuguesa, relegando assim para segundo plano muitas outras expressões dos povos de Moçambique. No entanto, será também pela via literária, entre outras expressões, como o teatro, a escultura ou a pintura, que irão sendo assinalados outros percursos e outras perspectivas que, por vezes – e ao mesmo tempo que alimentam e sedimentam o projecto nacional de Moçambique – vão lançando alternativas ao projecto político e cultural aparentemente hegemónico proposto pela Frelimo. Em suma, propostas que vão rejeitando, emendando e finalmente desafiando a hegemonia deste projecto nacional criado no bojo de uma proposta exógena, questionando o seu valor enquanto representativo da nação moçambicana que simultaneamente vai descoincidindo do Estado moçambicano. Narrativas sob análise neste livro que vão questionando uma historiografia de sentido único, com os seus heróis e mitos nacionais mais elaborados e ficcionados do que orgânicos, a sua língua portuguesa moldada a características locais, mas por vezes não descolonizada. De facto, o projecto da construção do «homem novo» não se comprazia nem com as memórias do passado, nem com a diversidade do presente. A construção de uma alternativa, como vários dos textos que integram este livro sugerem, articulava em simultâneo a denúncia do império com a procura de uma visibilização do «novo sujeito» revolucionário moçambicano, identificado com o povo, cuja pureza era filtrada pelo nacionalismo moderno que a Frelimo distinguia. É no contexto desta visão nacionalista que em 1977 se dá o julgamento de vários ex-presos políticos nacionalistas – incluindo os poetas José Craveirinha e Rui Nogar⁶ – por contrariarem a visão monopolizadora da Frelimo sobre o sentido nacionalista. Isto explica a razão por que, por esta altura, como vários têm vindo a referir, os artis-

(5) Movimento Nacionalista que conduziu a luta pela independência de Moçambique face à colonização portuguesa. Posteriormente transformou-se em partido político, sendo, desde a independência, a estrutura no poder.

(6) Sobre este assunto ver entrevistas a Laban (1998).

tas se sentiam e actuavam principalmente como cidadãos, ocultando a sua faceta de imaginação e de humanismo, num sentido que claramente se aproxima de uma auto-censura. Ao mesmo tempo, os escritores e outros artistas procuravam dar sentido à violência e à destruição que se vivia num país sacudido por múltiplas guerras. Só assim é possível compreender o ódio e a repulsa expressos no *Babalaze de Hienas*, de José Craveirinha, ou o sentimento poético trágico de Rui Knopfli.

Em surdina, propostas literárias como as preconizadas por Mia Couto, Ungulani Ba Ka Khosa, José Craveirinha, Luís Carlos Patraquim, Lília Momplé, Suleimane Cassamo, Lina Magaia, Eduardo White ou João Paulo Borges Coelho, entre vários outros, foram e vão desafiando em diferentes perspectivas esta macronarrativa de sentido unívoco, conferindo-lhe uma plurivocalidade que coloca sob suspeita as rígidas fronteiras dos territórios geográficos e culturais com que muitos insistem em espartilhar Moçambique. As palavras dos próprios escritores que reunimos neste livro, bem como as análises críticas que os evocam, vêm justamente ao encontro desta plurivocalidade também ela emitida a partir de diferentes locais de enunciação e de conhecimento. Cruzando a visão de antropólogos, críticos literários, juristas e outros estudiosos de dentro e de fora das línguas portuguesas, pretendemos mostrar como hoje o espaço nacional de Moçambique tende a ser lido. Identificámos duas formas, aparentemente rivais, mas que aqui se articulam e completam: uma tendencialmente interna, que se mostra aberta à diversidade e à complexidade das ligações entre o passado e o presente, nomeadamente pela recuperação das raízes da diversidade geocultural do país; outra, que se constitui como uma leitura externa e que insiste na representação do espaço nacional como principal unidade analítica de referência. Daí a questão: o que é então Moçambique? A quem servem estas narrativas da «nação» literária/«espaço nacional» como base para um projecto de solidariedade e interligação? O que é afinal o objecto de estudo deste livro, ou seja, a literatura moçambicana? Aquela que é escrita em português, quando pouco mais de 10% da população tem o português como língua materna e portanto o possui com a familiaridade necessária para a produção literária? Não estamos aqui a colocar em questão a realidade efectiva da nação moçambicana, nem a insistir, na linha desconstrutivista de Michel Cahen (1994), na validade do projecto nacionalista enquanto fundamento da nação moçambicana, tal como hoje genericamente a designamos. Pensamos, como Elísio Macamo e vários outros, que Moçambique é um conceito moderno, e é sob essa óptica que o projecto nacionalista deve ser visto, sabendo que «foram sempre as elites, não importa sob que capa, que inventaram as nações e, no processo, respondendo a

(7) Sobre isto ver Mia Couto (2008).

preocupações pontuais das massas, envolveram o resto da população. (...) O colonialismo, as clivagens sociais que este criou», a luta anticolonial e pela independência, acrescentaríamos, bem como «o quadro internacional dentro do qual Moçambique existe como Estado-nação, legitimam de forma suficiente a proclamação da nação. A nação moçambicana existe, como plebiscito diário, como comunidade imaginada, como projecto moderno. A Nação moçambicana como comunidade de destino» (Macamo, 1996: 362-364)

A questão da língua no momento da estruturação da luta e posteriormente na criação da nação é um objecto essencial de união e de resistência à fragmentação fundante da própria nação e portanto ainda hoje absolutamente pertinente. Como relembra Albert Memmi:

(...) no início do surgimento da nação, alcançar uma libertação sem a restauração de uma cultura coletiva, talvez se tornasse uma carência insuportável; restaurar uma cultura sem sua língua de base, um absurdo. (Memmi, 1996: 12)

Aquilo que estamos portanto aqui a colocar não é tanto a questão da língua portuguesa como uma das línguas nacionais de Moçambique, mas a visão a ela associada de única língua de representação literária ou reconhecível como a da produção literária de Moçambique. Nessa medida, os problemas inerentes a esta opção colocam-se sobretudo e relativamente a tudo aquilo que ela deixa de fora, o que ela oculta e mesmo exclui do cânone literário fundado na nação imaginada, ainda que muitas vezes reintegrado e repronunciado em língua portuguesa. Referimo-nos particularmente à oratura e a todas as formas de culturas veiculadas pela dança, pelo ritmo, pela voz que deixa mudo o texto escrito – ou que vai assumindo outras formas nas dobras do texto escrito⁸ – e às heranças de outras vozes e de outras escritas geradas por outros contactos portadores de outras guerras, comércio, ligações, línguas, religiões e culturas. Em suma, os restos e os rastros de outros encontros também violentos, mas que também significaram o convívio e a incorporação de outras formas de ver, de saber e conhecer o mundo, que são hoje parte da nação moçambicana.

No momento actual, que se arrasta já desde os acordos de paz de 1992, novos desafios se colocam. O multipartidarismo retirou à Frelimo a centralidade do discurso nacionalista, introduzindo outros actores e outros temas, o que tem gerado perplexidade e mesmo algum desconforto, com a possibilidade ampla que agora se oferecia de questionar Moçambique. Pela boca de um dos personagens de Mía Couto

(8) Sobre este assunto veja-se, por exemplo, Rosário, 1989; Vail e White, 1991; Penvenne e Siteo, 2000.

surge-nos a explicação: afinal, contra factos, só há argumentos. Muito mudou em Moçambique, e a ligação ao passado, à memória, continua por deslindar e decidir. Libertar Moçambique é, também, um acto de libertação cultural múltiplo e ainda em curso, pelo que trazer novos imaginários ao diálogo literário passará, sem sombra de dúvida, pelo resgate das diversidades culturais e linguísticas que compõem Moçambique. *Moçambique: das palavras escritas* é um título que em si mesmo assume esta exclusão e que portanto se debruça sobre as várias formas de escrever Moçambique em português, o que de alguma forma assume uma gramática de poder situada a Ocidente e particularmente ligada a universos falantes de língua portuguesa.

Moçambique: das palavras escritas desafia e convida o leitor a uma viagem de encontro com Moçambique e com as palavras de escritores como Luís Carlos Patraquim, Mía Couto, Paulina Chiziane, Nelson Saúte ou João Paulo Borges Coelho a par das leituras críticas que deles e de outros autores vêm sendo produzidas por várias vozes, emitidas a partir de vários lugares e em vários tons.

Abre com três textos que a partir de posicionamentos identitários e de enunciação distintos colocam a questão do objecto em análise, ou seja, o que é a literatura moçambicana. O texto de abertura, de Fátima Mendonça, situa exactamente a grande questão na (in)definição de um possível cânone da literatura moçambicana, questionamento que Francisco Noa persegue ao falar dos trilhos e das margens desta literatura, avançando com uma possível periodização da literatura moçambicana, o que aparentemente nos ofereceria uma narrativa histórico-literária mais tradicional, mas inquietantemente instável. Ana Mafalda Leite repensa um possível cânone da literatura moçambicana a partir do espaço poético da Ilha de Moçambique. Três posições, três lugares de reflexão unidos pelo objecto em análise. Seguem-se ensaios de leitura mais dirigida seja por época literária – como a reflexão de Maria-Benedita Basto relativamente aos anos 80 – seja por autores. Phillip Rothwell, David Brookshaw e André Cristiano José propõem três leituras instigantes da obra de Mía Couto: o primeiro aborda os ambíguos jogos de género na obra do autor; o segundo olha em especial o espaço cultural do Índico e da presença dos indianos em *O Outro Pé da Sereia*; finalmente André Cristiano José explora os ditos e não ditos que ligam e problematizam a revolução e as identidades nacionais em Moçambique a partir de um olhar que tem nas relações de poder da linguagem do Direito e no poder subversivo da linguagem ficcional o seu centro. A obra de Paulina Chiziane é objecto de uma leitura crítica ocidental centrada nas questões de género por Hilary Owen. Sílvio Renato Jorge aborda também a obra de Paulina Chiziane, mas traz ainda Lília Mompilé para focalizar a sua análise na crua linguagem da guerra e nas violências dos seus ditos e subentendidos que assolam em particular as vidas das mulheres. A obra de João Paulo Borges Coelho é o espaço alargado de leitura crítica de Rita Chaves, que

nela explora o riquíssimo filão que une e desune a ficção e a história; Alice Cruz propõe uma leitura de *As Duas Sombras do Rio*, a partir de um olhar antropológico que liga os interstícios da experiência e da memória, para explorar as questões da evidência e da verdade na obra.

Seguem-se três textos de escritores moçambicanos: o poeta Luís Carlos Patraquim fala-nos dos desencontros com a História, e da maneira como as suas duas grandes e confessadas heranças poéticas – José Craveirinha e Rui Knopfli – os viveram e os transformaram em interrogação poética e humana. Nelson Saúte, numa narrativa de cariz autobiográfico, vai ao encontro dos seus anos 80, onde encontra a duplicidade que liga as (sobre)vivências pessoais e de escrita da época, num texto de evocação trágica e de um grande comprometimento político. A partir dos seus dois ofícios – o de historiador e o de escritor – João Paulo Borges Coelho retoma as grandes questões que unem não só as escritas, mas a própria literatura e a história, num texto significativamente intitulado «Escrita Académica e Escrita Literária», abrindo assim outras perspectivas de leitura dos textos iniciais deste livro. De outra maneira coloca-se de novo sob suspeita e indaga-se sobre o objecto que motiva este livro – o que é a literatura moçambicana, quem são os escritores moçambicanos, que sabedorias trazem as suas vozes, que possibilidades nos dão de encetar outros questionamentos, de abrir outros arquivos ou de inventar outras histórias.

Maria Paula Meneses
Margarida Calafate Ribeiro

BIBLIOGRAFIA

- Ahmad, Ibn Majid Al-Najdi (1971), *Arab Navigation in the Indian Ocean Before the Coming of the Portuguese: being a translation of Kitab al-Fawa'id fi usul al-bahr wa'l-qawa'id of Ahmad b. Majid Al-Najdi, together with an introduction on the history of Arab navigation, notes on the navigational techniques and the topography of Indian Ocean, and a glossary of Navigational terms by G. R. Tibbetts*. Londres: Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland.
- Ba Ka Khosa, Ungulani (1990), *Orgia dos Loucos*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos.
- Cahen, Michel (1994), «Mozambique, Histoire géopolitique d'un pays sans nation». *Lusotopie* 1994, pp. 213-266.
- Couto, Mía (2008), Entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, Domingo 06 de Abril <http://expedu.blogspot.com/2008/04/literatura-em-mocambique-mia-couto.html>

- Khambane, Chitlango; Clerc, André Daniel (1990), *Chitlango, Filho de Chefe*. Maputo: Cader-nos Tempo.
- Laban, Michel (1998), *Moçambique – Encontro com Escritores*. Porto: Fundação Eng. Antó-nio de Almeida, 3 volumes.
- Lobo, Almiro Jorge (1999), *A Escrita do Real na «Exacta descrição» de Caetano Xavier, na «Verdadeira relação» de Francisco Sá, e na «Representação» dos Baneanes*. Maputo: Livra-ria Universitária.
- Macamo, Elisio (1996), «A nação moçambicana como comunidade de destino», *Lusotopie* 1996, pp. 355-364.
- Matusse, Gilberto (1998), *A Construção da Imagem de Moçambicanidade em José Craveiri-nha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa*. Maputo: Livraria Universitária.
- Memmi, Albert, (1996), «La patrie littéraire du colonisé», *Le Monde Diplomatique*, p. 12.
- Mendonça, Fátima (1988), *Literatura Moçambicana: a história e as escritas*. Maputo: Uni-versidade Eduardo Mondlane.
- Noa, Francisco (2002), *Império, Mito e Miopia: Moçambique como invenção literária*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Penvenne, Jeanne M.; Siteo, Bento (2000), «Power, poets and the people: Mozambican voices interpreting history», *Social Dynamics*, 26 (2): 55-86.
- Rosário, Lourenço (1989), *A Narrativa Africana de Expressão Oral*. Lisboa – Luanda: ICALP.
- Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (2006), *Identidades, Colonizadores e Colonizados: Portugal e Moçambique*. Coimbra: Relatório de pesquisa, FCT – POCI/ AFR/58354.
- Vail, Leroy; White, Landeg (1991), *Power and the Praise Poem: Southern African Voices in History*. Charlottesville: University Press of Virginia.